



## NOTA TÉCNICA

### Violência Física contra Mulheres – Estado do Rio de Janeiro (2015–2025)

Amanda Pavanelli (OFRJ/UFRJ)

Eralda Ferreira (SES)

Esta nota técnica apresenta uma breve análise das notificações de violência física contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, com base em registros de 2015 a 2025. O objetivo é identificar padrões de deslocamento entre o município de residência da vítima e o município onde a notificação foi realizada.



#### Coleta

Reunir registros  
2015–2025



#### Análise

Identificar padrões  
de deslocamento



#### Limpeza

Padronizar municípios  
e datas



#### Conclusão

Resumir implicações  
e recomendações



# Evolução Temporal

Houve crescimento expressivo no número de casos notificados ao longo dos anos.

**9,8K**

**2015**

quase 9,8 mil notificações

**28K**

**2024**

mais de 28 mil notificações

Esse aumento pode ser interpretado como resultado tanto de uma maior sensibilização das instituições quanto da expansão da capacidade de registro, ainda que persistam subnotificações em algumas regiões.

# Diferenças entre Residência e Notificação

## Deslocamento das Vítimas

Parte das mulheres não notifica no município em que mora, recorrendo a cidades vizinhas.

## Desequilíbrio Regional

Esse movimento gera superávit de notificações em municípios e déficit em cidades menores ou com menor infraestrutura.

## Análise Complexa

A análise reforça que o fenômeno da violência física contra mulheres não pode ser avaliado apenas a partir dos números absolutos por município, sendo necessário observar também esses deslocamentos.

# Municípios com mais notificações que o número de residentes

Município	Residentes	Notificações	Diferença
Nova Iguaçu	10.588	12.492	+1.904
Rio de Janeiro	78.668	80.440	+1.772
Niterói	4.550	6.138	+1.588
Duque de Caxias	8.745	9.392	+647
São Gonçalo	9.883	10.302	+419

# Municípios com número de residentes maior que o número de notificações

Município	Residentes	Notificações	Diferença
Belford Roxo	3.750	2.068	-1.682
Maricá	2.229	1.239	-990
Itaboraí	2.981	2.059	-922
São João de Meriti	1.722	953	-769
Nilópolis	740	48	-692

# Por que existe essa diferença?



## Dependência de cidades vizinhas

Dependência de cidades vizinhas para efetivar registros, especialmente quando há delegacias ou hospitais de referência próximos.



## Subnotificação por falta de estrutura

Subnotificação decorrente da falta de profissionais preparados e da insuficiência de serviços especializados.



## Receio dos profissionais

Receio dos profissionais de saúde em notificar casos de violência, seja por despreparo ou por falta de suporte institucional.



## Receio dos profissionais

**Medo ou resistência das vítimas** em notificar no município onde residem, por questões de sigilo, exposição ou pressão social.

# Recomendações:

01

---

## **Formação profissional**

Formação continuada dos profissionais de saúde e de segurança pública em municípios deficitários, assegurando condições adequadas para o registro.

02

---

## **Articulação intermunicipal**

Fortalecer a articulação intermunicipal, de forma a garantir fluxos de atendimento mais integrados e reduzir deslocamentos.

# Campanhas de Conscientização

Promover campanhas de conscientização junto às vítimas, à população e aos profissionais de saúde, destacando a importância da notificação para a proteção individual e a formulação de políticas públicas.

Esta recomendação é fundamental para **umentar a visibilidade** dos casos de violência e garantir que as vítimas recebam o apoio necessário, ao mesmo tempo em que contribui para a criação de políticas públicas mais efetivas.

# Conclusão

O aumento das notificações não corresponde, necessariamente, a um crescimento real da vitimização. À medida que a rede de proteção se amplia e se qualifica, profissionais passam a registrar com maior rigor e sensibilidade os casos de violência contra meninas e mulheres, tornando mais visível uma realidade antes subnotificada.

A análise revela uma tendência de crescimento contínuo nas notificações de violência física contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, porém marcada por **forte desigualdade territorial**. Municípios-polo concentram a maior parte dos registros, enquanto diversas localidades permanecem com baixos índices de notificação — sinalizando fragilidades na articulação e formação da rede local de proteção, assim como possíveis barreiras institucionais ou receio de profissionais de saúde e das próprias vítimas em formalizar a denúncia.

# Fonte de dados

**Fonte de dados:** SINAN – Secretaria Estadual de Saúde (RJ) – Notificações e registros em saúde (2015–2025).

## Filtros utilizados para extração dos dados (SINAN – SES/RJ):

### Tabela 1 – Município de Residência

- Variável: Física por Ano de ocorrência segundo Município RJ Residência
- Período: Ano de notificação 2015–2025; Ano de ocorrência 2015–2025
- UF Residência: Rio de Janeiro
- UF Notificação: Rio de Janeiro
- Sexo: Feminino
- Tipo de violência: Física (Sim)
- UF de ocorrência: Rio de Janeiro

### Tabela 2 – Município de Notificação

- Variável: Física por Ano de ocorrência segundo Município RJ Notificação
- Período: Ano de notificação 2015–2025; Ano de ocorrência 2015–2025
- UF Residência: Rio de Janeiro
- UF Notificação: Rio de Janeiro
- Sexo: Feminino
- Tipo de violência: Física (Sim)
- UF de ocorrência: Rio de Janeiro

 **Nota:** Os dados apresentados são preliminares e podem ser revisados posteriormente, conforme atualizações realizadas pelos órgãos governamentais.

# Considerações Metodológicas

Esta análise baseou-se exclusivamente nos dados disponibilizados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, cobrindo o período de 2015 a 2025.

## Limitações dos dados

É importante reconhecer que os dados de notificação podem não refletir a totalidade dos casos de violência física contra mulheres, devido à subnotificação em diversas regiões.

## Interpretação cuidadosa

Os padrões identificados devem ser interpretados considerando as particularidades locais e a capacidade institucional de cada município.

# Próximos Passos

Com base nos achados desta análise, recomenda-se o desenvolvimento de estratégias específicas para cada realidade municipal, priorizando:

1

## **Fortalecimento da rede local**

Investimento em formação continuada e infraestrutura nos municípios com déficit de notificações

2

## **Monitoramento contínuo**

Estabelecimento de indicadores para acompanhar a evolução dos padrões de notificação

3

## **Integração regional**

Criação de protocolos de cooperação intermunicipal para otimizar o atendimento às vítimas

A continuidade deste monitoramento é essencial para **aprimorar as políticas públicas** de enfrentamento à violência contra mulheres no estado do Rio de Janeiro.